

SAÚDE

Sede da central de regulação, na Capital, vira alvo de disputa

Governo do Estado e Prefeitura de Campo Grande querem posse de prédio que custou R\$ 5,6 milhões, para receber sistema que administra as vagas em hospitais

NATALIA YAHN

Os governos estadual e federal investiram, nos últimos anos, R\$ 5,6 milhões na construção da sede da Central de Regulação de Saúde, na Rua Bahia, em Campo Grande. Mas a resistência da prefeitura da Capital, que mantém no local instalações da Secretaria Municipal de Saúde Pública (Sesau) em ceder o local para o governo implantar sua central reguladora, pode atrasar o projeto estadual. A prefeitura de Campo Grande, que não aderiu ao plano elaborado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), conforme o secretário Estadual de Saúde, Nelson Tavares, insiste que ela, gestora plena dos recursos do Sistema Único de Saúde, é a responsável pela regulação das vagas, ao menos dentro de seu território.

A situação gera impasse entre as secretarias estadual e municipal, já que o complexo que será gerido por Organização Social (OS)- ainda não definida, mas que deverá ser conhecida nos próximos dias -, está irregularmente ocupado pela Sesau. A assessoria de imprensa do órgão afirmou que vai permanecer no local, pois cabe ao órgão a regulação de leitos. Já a SES diz que até o fim do mês a OS irá assumir a gestão e com isso a Sesau terá que desocupar o prédio. “Se Campo Grande não se pronunciar na Justiça, a regulação deve começar a funcionar ainda este mês no prédio que é do Estado e está ocupado pela Prefeitura, que entrou e eu não sei por quê. Só estou escutando dizer que a Sesau está lá, mas é do Estado e foi feito para a regulação”, afirmou Tavares.

Ele explicou ainda que Plano Estadual envolve 78 dos 79 municípios do Estado, apenas Campo Grande não aceitou participar da unificação proposta. “A regulação era municipal em Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, mas nunca funcionou, para se ter uma ideia era tudo no fax. Propus uma regulação diferente que foi aceita imediatamente por Três Lagoas. Dourados ficou reticente uns quatro meses, mas aceitou. E Campo Grande, por intermédio da Sesau, não concordou”.



VALDENIR REZENDE

PLANO. Governo do Estado quer a posse de prédio da Central de Regulação, na Rua Bahia, na Capital, para implantar sistema integrado

78

CIDADES
Até agora, 78 municípios de Mato Grosso do Sul aderiram ao plano estadual de regulação de vagas no sistema público de saúde. A exceção, por enquanto, é da Capital, Campo Grande, a cidade que concentra mais hospitais, e alega ser ela a responsável pela regulação.

A resolução que aprova o plano foi publicada ontem no Diário Oficial do Estado (DOE), considerando a cooperação técnica com os municípios e regiões para a qualificação das atividades de regulação, controle e avaliação, e estabeleceu a operacionalização do complexo.

A medida homologa decisão da Comissão Intergestores Bipartite, do dia 15 de dezembro

do ano passado, e estabelece o complexo para operacionalização das ações de regulação do acesso às ações e serviços de saúde no Estado. “A regulação passa a existir a partir de agora, antes as pessoas tinham que esperar a boa vontade dos médicos, pedir e implorar. Agora vai ser uma coisa profissional, com sistema informatizado. A prioridade vai existir, especialmente quando houver necessidade de leito de UTI (Unidade de Terapia Intensiva), é o maior estrangulamento, onde pessoas morrem esperando”, disse o secretário.

O documento publicado pela SES garante “o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde deverá ser fundado na avaliação da gravidade do risco individual e coletivo e no critério cronológico”. Para a efetivação da cooperação técnica e a qualificação das atividades de regulação, controle e avaliação, a SES disponibilizará aos municípios ações de capacitação e educação permanente das equipes de regulação estadual

e municipais, além do apoio no custeio da estrutura física do Complexo Regulador Estadual. Também será disponibilizado sistema informatizado de acesso com abrangência estadual, único e com integração progressiva da regulação ambulatorial, hospitalar e de urgência com os estabelecimentos de saúde, programações pactuadas e com a grade de referência, fluxos e protocolos assistenciais pactuados.

CASOS

No dia 22 de janeiro deste ano o idoso Sebastião Nogueira da Silva, 62 anos, morreu após aguardar 8 horas por uma vaga dentro da UTI móvel de Costa Rica, município a 400 quilômetros da Capital, na porta do Hospital Universitário (HU) de Campo Grande. Na época a SES informou que internação dele estava autorizada pela Central de Regulação Estadual e era prioridade zero - quando deve acontecer, mesmo quando não existe vaga -, e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) se defendeu

dizendo que tinha informado sobre a falta de vagas para receber o paciente. Silva tinha quadro de insuficiência respiratória e renal, conseguiu a vaga no HRMS após a família dele acionar a Polícia Civil, mas morreu 20 minutos depois de ser internado.

No dia 3 de maio a paciente Jéssica Janaína de Souza, 24 anos, esperou durante seis horas dentro da ambulância com Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Móvel do município de São Gabriel do Oeste, a 116 quilômetros de Campo Grande, por uma vaga no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS). Com quadro de cetoacidose diabética, uma complicação grave da diabetes e que pode levar à morte, ela foi transferida do Hospital Municipal de São Gabriel do Oeste, chegou ao Pronto Atendimento Médico (PAM) às 2 horas e só conseguiu uma vaga no Centro de Terapia Intensiva (CTI) às 8 horas. “Esses casos não vão mais acontecer”, promete Tavares.

865 VAGAS EM MS

Inscrições para o Sisu de inverno terminam hoje

EDUARDO MIRANDA

Termina hoje o período de inscrições para a abertura de inverno do Sistema de Seleção Universitária (Sisu) do Ministério da Educação. Em Mato Grosso do Sul, são 865 vagas disponibilizadas em oito municípios.

Somente duas instituições públicas de ensino aderiram à edição de inverno do Sisu, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que oferta 865 vagas, e o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), 200.

Para participar, o candidato tem de apresentar a nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano passado. Ela não pode ser zero.

O curso mais concorrido é o de Medicina da UFMS, no campus de Três Lagoas. A nota de corte no Enem é de 780,60. O segundo curso mais concorrido é oferecido pelo IFMS, e fica em Campo Grande: Sistemas para Internet, cuja nota de corte era, ontem, 732,43.

O curso de Direito noturno da UFMS na Capital é o terceiro mais concorrido, com nota de corte 722,36. Engenharia Civil, também na sede da UFMS, tem nota de corte 715,20.

As inscrições podem ser feitas até as 22h59min (MS) de hoje à noite.

CPI

Relatório isenta governo de culpa por morte de índios

A relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito aberta para investigar a ação ou omissão do Estado nas mortes de indígenas em conflitos por terra desde 2000, deputada estadual Antonieta Amorim (PMDB), concluiu que “ineexistem provas materiais e liame jurídico necessário à responsabilização do Estado de Mato Grosso do Sul, motivo pelo qual concluímos que não há ação ou omissão do Estado nos casos de violência”. O relatório tem uma semana para ser analisado pelos integrantes da comissão. **(EM)**

LIXÃO

Município tem 90 dias para capacitar catadores

ALINY MARY DIAS

Em decisão publicada na última segunda-feira, o juiz Marcelo Ivo de Oliveira determinou que a Prefeitura de Campo Grande capacite os catadores de material reciclável que trabalhavam no lixão. Eles estão proibidos de entrar no local pelo prazo de 90 dias.

O juiz também reiterou que a entrada dos trabalhadores no aterro está proibida e negou pedido da Defensoria Pública do Estado para que a prefeitura fosse condenada em danos morais e materiais pelo fechamento do espaço.

Em decisão de fevereiro deste ano, o juiz que atua na 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos já havia proibido a entrada de catadores no lixão atendendo a pedido da concessionária CG Solurb.

Na nova decisão, Ivo quer que a prefeitura da Capital apresente, no prazo de 90 dias, Projeto de Inclusão Social dos catadores, “através de cadastramento prévio pelo órgão municipal, respeitadas as categorias entre os catadores; com a orientação de profissional através de encaminhamento para cursos de capacitação financiados

pelo Poder Público; bem como, com a orientação e auxílio para viabilização de formação de associações ou cooperativas”.

O magistrado também determinou multa diária de R\$ 1 mil para a prefeitura caso a determinação de capacitar os catadores não seja cumprida.

Ivo afirma que o pedido de condenação da prefeitura da Capital em danos morais e materiais foi rejeitado porque houve a conclusão da Usina de Triagem de Resíduos (UTR). A entrada dos catadores no aterro continua suspensa.

FLUIDRA

Empresa espanhola negocia volta a Aquário

Representantes da empresa espanhola Fluidra Brasil, responsável pela execução de parte da cenografia do Aquário do Pantanal, vão se reunir com os atuais responsáveis pela obra na próxima segunda-feira para definir a data de retomada da obra. A Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), dirigida pelo secretário de Estado de Infraestrutura (Seinfra), Ednei Marcelo Miglioli, confirmou o encontro para definir quando a Fluidra vai reassumir a função de reproduzir o habitat natural dos peixes no fundo dos tanques.

O contrato da empresa com o governo do Estado é de R\$ 29,8 milhões, sendo que R\$



ALVARO REZENDE

Canteiro de obras do Aquário do Pantanal foi reaberto em abril

21,9 milhões já foram pagos pela administração pública. A empresa espanhola depende da conclusão da obra física pela Egelte Engenharia (retomada em abril último) para

voltar ao canteiro de obra. Todo o Aquário do Pantanal custará mais de R\$ 200 milhões aos cofres públicos.

Também em abril último a Clima Teck Climatização (especializada em ar-condicionado) voltou a atuar na obra do aquário. Com o convênio assinado desde o dia 29 de março - válido a partir de 1º de abril - a ordem de reinício dos serviços só foi publicada ontem no Diário Oficial do Estado (DOE). A empresa tem a responsabilidade de executar o sistema de ar-condicionado, ventilação e exaustão mecânica do prédio, oficialmente chamado de Centro de Pesquisa e Reabilitação da Ictiofauna Pantaneira e Aquário. O contrato da Clima Teck é de R\$ 5,9 milhões, sendo que a empresa já recebeu do governo R\$ 5,1 milhões. **(NY)**